



REVISÃO NARRATIVA

Noções de infância na psicologia analítica e possíveis convergências

Childhood notions in analytical psychology and possible convergences

Nociones de infancia en psicología analítica y posibles convergencias

Maíra Meira Nunes ^a, Carlos Augusto Serbena ^a

^a Universidade Federal do Paraná, Departamento de Psicologia – Curitiba/PR – Brasil.

DOI 10.5935/2318-0404.20210036

Resumo

C. G. Jung não fez contribuições robustas quanto aos fatores psicológicos da infância, sendo que gradativamente observou-se na psicologia analítica a necessidade de uma prática voltada para os primeiros momentos da vida humana, tão importante quanto todos os demais. Reconhece-se que a realidade psicológica, ainda que múltipla, e mesmo não sendo definida em estágios bem delimitados, apresenta especificidades no momento de formações e transições que é a infância. Desse modo, os acréscimos às contribuições de Jung para o entendimento das necessidades e peculiaridades subjetivas da criança na abordagem são importantes, dado que ele não acompanhou a criança propriamente dita, e seus escritos sobre o assunto apresentam, portanto, algumas lacunas. No presente artigo, derivado da dissertação de mestrado da autora 1, consideramos as contribuições de Jung, Fordham e Neumann em correlação às pesquisas recentes com crianças, a partir do método de revisão narrativa. Conclui-se que os fatores simbólicos, aliados aos aspectos vinculares e afetivos, constituem fatores de relevância na compreensão do desenvolvimento da criança.

Palavras-chaves: Infância; Criança; Desenvolvimento; Psicologia analítica

Abstract

C. G. Jung did not make robust contributions regarding the psychological factors of childhood, and gradually there was a need in analytical psychology for a practice aimed at the first moments of human life, as important as all the others. It is recognized that the psychological reality, although multiple, and even though it is not

defined in well-defined stages, presents specificities at the time of formations and transitions that is childhood. Thus, the additions to Jungs contributions to the understanding of the childs subjective needs and peculiarities in the approach are important, given that he did not accompany the child itself, and his writings on the subject therefore have some gaps. In the present article, derived from the authors masters dissertation 1, we consider the contributions of Jung, Fordham and Neumann in correlation to recent research with children, using the narrative review method. It is concluded that the symbolic factors, combined with the bonding and affective aspects, are relevant factors in understanding the childs development.

Keywords: Childhood; Child; Development; Analytical psychology

Resumen

C. G. Jung no hizo contribuciones sólidas con respecto a los factores psicológicos de la infancia, y gradualmente hubo una necesidad en psicología analítica de una práctica dirigida a los primeros momentos de la vida humana, tan importante como todos los demás. Se reconoce que la realidad psicológica, aunque múltiple, y aunque no se define en etapas bien definidas, presenta especificidades en el momento de las formaciones y transiciones que es la infancia. Por lo tanto, las adiciones a las contribuciones de Jung a la comprensión de las necesidades subjetivas y las peculiaridades del niño en el enfoque son importantes, dado que no acompañó al niño en sí mismo y, por lo tanto, sus escritos sobre el tema tienen algunas lagunas. En el presente artículo, derivado de la disertación de maestría del autor 1, consideramos las contribuciones de Jung, Fordham y Neumann en correlación con investigaciones recientes con niños, utilizando el método de revisión narrativa. Se concluye que los factores simbólicos, combinados con la vinculación y los aspectos afectivos, son factores relevantes para comprender el desarrollo del niño.

Palabras clave: Infancia; Niño; Desarrollo; Psicología analítica

Introdução

A psicologia analítica, em suas múltiplas contribuições, propõe compreensões sobre o desenvolvimento humano, tanto no que diz respeito ao aprofundamento do pensamento e das ideias de C. G. Jung sobre a psique e suas legítimas expressões desde os primórdios da humanidade, como em sua aplicabilidade na prática psicológica contemporânea.

Embora as diferentes tendências pós-junguianas não sejam reconhecidas como escolas específicas de modo oficial, frutificaram correntes de pensamento que enfocam aspectos particulares das vastas contribuições de Jung. Samuels¹ propõe um sistema de referências que possibilita a classificação das principais forças que ele observou: a Escola Clássica, a Escola do Desenvolvimento e a Escola Arquetípica. Essa classificação leva em conta as ênfases que se diferenciam nas escolas em gradações, sendo as seguintes, respectivamente: o self e seu papel no processo de individuação; o desenvolvimento da personalidade; as imagens arquetípicas.

Abordaremos no presente artigo algumas noções das escolas Clássica e do Desenvolvimento por

possibilitarem a compreensão da criança em suas especificidades. Discutiremos acerca da perspectiva de Jung sobre a infância e o arquétipo da criança. De modo complementar, analisaremos as contribuições de autores pós-junguianos consagrados: Michael Fordham (Escola do Desenvolvimento) e Erich Neumann (Escola Clássica). Por fim, abordaremos algumas possíveis correlações entre as referidas contribuições e as pesquisas empíricas recentes com crianças realizadas por Daniel Stern e discutidas por Jacoby. A partir dessa correspondência, torna-se possível compreender a importância do fator relacional na infância, assim como da dinâmica psíquica atuante nessa fase.

Ressalta-se que a compreensão psicodinâmica da infância apresenta algumas dificuldades atreladas às limitações de autodescrição da criança muito pequena, consistindo em um desafio para profissionais que atuem com este público. O propósito deste artigo, portanto, é o de salientar as especificidades dessa fase do desenvolvimento a partir das contribuições que a psicologia analítica apresenta. Dessa maneira, buscou-se ressaltar as principais contribuições da área quanto à referida questão e suas possíveis convergências, visando o favorecimento da compreensão dos aspectos psicológicos da criança. Indica-se ainda que as contribuições de Jung não foram robustas quanto à temática e o devido reconhecimento da matéria por outros autores da abordagem não é tão difundido no contexto brasileiro.

As concepções de Jung sobre a infância e o arquétipo da criança

Embora o tema da infância não tenha lugar substancial na perspectiva de Jung após seus primeiros escritos, ele não renegou suas ideias sobre o tema publicadas até 1910. É possível dizer que, quanto a essa temática, a sua ênfase, mesmo numa fase de influência psicanalítica, esteve mais voltada aos processos simbólicos e ao mundo interior da criança, como no caso específico de Aninha, o que posteriormente se ampliará nas discussões sobre símbolo e inconsciente coletivo. Essa ênfase inclusive sinaliza para um distanciamento da teoria psicanalítica, por um dos fatores de divergência mais importantes de Jung a Freud: a oposição de Jung ao fator da sexualidade enquanto totalidade da energia psíquica e as diferenças que ele menciona sobre a sexualidade na infância e na vida adulta – com base numa ênfase maior dos instintos de nutrição e sexual respectivamente em cada fase².

Para Fordham², o trabalho de Jung sobre a individuação – processo psicológico cujo objetivo é a o alcance da totalidade ou realização do self de forma integrada a partir da particularização do ser como distinto da coletividade, mas após ter-se adaptado a ela – pode tê-lo afastado das investigações sobre análise de criança, já que ele precisava de uma progressão maior de suas ideias do desenvolvimento adulto. O fato de a individuação requerer um período anterior – geralmente presente nas primeiras fases de vida, até, em geral, a meia idade –, de adaptação coletiva, o foco da pessoa no período da infância corresponderia ao de desenvolvimento do ego – reconhecido na psicologia analítica como o centro da consciência e complexo de identidade – tendo os pais e o contexto o papel “ideal” de evitar possíveis regressões. A individuação, para Jung, torna-se um processo evidenciado mais significativamente, portanto, no período de maior maturidade, em geral associado a faixas etárias mais avançadas; nesse sentido, os objetivos da criança em comparação aos da pessoa de meia idade,

tendem a seguir direções opostas: o desenvolvimento do ego e a adaptação coletiva em contraste à retirada das projeções pessoais transferidas ao mundo externo e o reconhecimento dos aspectos inconscientes coletivos.

Main³ apresenta uma visão complementar à hipótese de Fordham quanto às lacunas de escritos de Jung sobre a infância. Ele aponta que as ideias junguianas sobre a criança real não poderiam estar associadas à conotação de total dependência de seu desenvolvimento psicológico de acordo às funções paternas e maternas de cuidado, já que ele sugere haver uma individualidade da criança. Sinaliza ainda para o fato de Jung, discutir a sugestão, de os pais estarem em terapia, pois as dificuldades infantis podem estar diretamente associadas a questões não resolvidas dos pais. Esse seria um fator relativo aos aspectos disfuncionais evidenciados pela patologia da criança, por exemplo, e não estaria restrito à sua subjetividade.

Nessa direção, torna-se pertinente circunscrever o emprego da terminologia “criança” por Jung, já que algumas vezes ele se refere ao arquétipo da criança, e não à criança propriamente ou à infância – distinção que nem sempre fica bem estabelecida; assim, a conotação da “criança” enquanto arquétipo está vinculada à noção simbólica, e não como correspondente à realidade externa à psique³. Como o arquétipo não é acessado diretamente, a consciência pode ter contato e conhecimento das suas derivações, que se apresentam, a partir da dinâmica psíquica, através de expressões simbólicas.

Quando Jung se refere à “criança”, essa terminologia geralmente está associada ao arquétipo da criança, que pode ser acessado apenas indiretamente, através de suas manifestações simbólicas, como em contos de fadas, sonhos, fantasias, dentre outras expressões do inconsciente³. Jung⁴ esclarece que o arquétipo da “criança” costuma estar atrelado ao porvir, ao “futuro em potencial” e que sua expressão simbólica apresenta múltiplos alcances, mas seu embasamento é de origem comum:

[...] a ideia mitológica da criança é, decididamente, não uma cópia da criança empírica, mas um *símbolo* claramente identificável enquanto tal: é uma criança-maravilha, uma criança divina, concebida, nascida e criada nas circunstâncias mais extraordinárias, e não – essa é a questão – uma criança humana.⁴

Assim, tal como aponta Main³, a questão cronológica não deve ser considerada quando se tratar da criança enquanto tema arquetípico – o arquétipo abarca autonomia e espontaneidade – porque não é possível definir exatamente o que representa, já que se trata de uma expressão simbólica. Por isso, a perspectiva de Jung não é compatível com a visão definida de uma psicologia específica da criança, pois ela remete, na sua visão, à múltipla possibilidade que a manifestação simbólica representa: “Jung não se compromete com uma imagem arquetípica em particular da criança”³. Quanto à criança especificamente, Jung⁵ sugere que costumam despertar seu maior interesse as explicações de teor fantasioso ou mitológico, que podem ser implementadas com o intuito educativo, devendo-se fomentar tanto os aspectos conscientes quanto os inconscientes, coletivos, simbólicos.

É pertinente destacar que o fato de Jung não ter se baseado em uma perspectiva da maturação

psicológica proposta em estágios definidos aponta para a visão contrária à noção evolucionista na psicologia; ele trilha a vertente da compreensão simbólica. Assim, quando menciona a influência, na psique coletiva, de imagens arcaicas e que remetem aos chamados povos primitivos, Jung sugere haver um núcleo comum para as vivências simbólicas. Portanto, não é a criança que “revive” a psique coletiva, mas tanto os povos primitivos quanto as crianças vivenciam aspectos da psique coletiva, independentemente do período em que se fazem presentes; as especificidades dizem respeito ao desenvolvimento da consciência e a relação de cada cultura com os aspectos arcaicos e coletivos existentes.

No entanto, com relação à perspectiva das questões psicológicas da infância, considera-se a existência de lacunas nas contribuições de Jung, além de haver reservas à sua sugestão veemente de recomendação de terapia aos pais da criança que chega para a análise, pois tende-se a argumentar que essa postura torna-se uma forma de restrição da capacidade da criança de exercer sua subjetividade. Nessa direção, discutiremos as concepções de Fordham e de Neumann sobre o tema, pois apresentam contribuições ancoradas nas propostas da abordagem, com algumas noções em acréscimo às de Jung, sobretudo no que diz respeito à fase do desenvolvimento em questão.

Fordham e a Escola do Desenvolvimento

Ao examinar a teoria de Jung e seus pressupostos acerca da infância, Fordham² concorda sobre a importância dos pais e a influência de seus aspectos inconscientes que tendem a ser significativos na psique da criança, além da concepção de que um ambiente propício (que inclua as tarefas e dificuldades saudáveis que a criança precisa enfrentar) tende a favorecer o desenvolvimento infantil. Porém ele sugere que essa perspectiva, nominada por “teoria da continuidade” por si só não é suficiente para a compreensão da criança, assim como da psicopatologia infantil, pois segundo Fordham, a responsabilidade por ela, quando presente, não está restrita aos pais e ao papel que exercem. Fordham também argumenta que se se remeter à obra de Jung como um todo, verificar-se-á que a própria noção de psicopatologia não se limita a fatores unicamente causais, tendo Jung explicitado sobre a complexidade inerente às vivências humanas, o que os seus estudos na área da psiquiatria demonstraram. Fordham tentou, então, ampliar as pesquisas no tocante à área infantil, favorecendo a análise da criança e a compreensão das psicopatologias nessa fase².

Para tanto, ele estabeleceu algumas proposições em torno da questão do self e suas elaborações derivadas. Acerca desse conceito, Jung⁶ havia postulado duas perspectivas conceituais distintas: o self, dada a sua característica unificadora e integradora, e seu papel dinâmico atuante através de símbolos, pode ser considerado o centro da psique. Por outro lado, o self também corresponde, em sua compreensão, à totalidade da psique, que, no desenvolvimento psíquico saudável, atua em harmonia junto ao ego: “A totalidade consciente consiste em uma união feliz entre o ego e o self, em que os dois preservam suas qualidades essenciais”⁶. A atuação excessiva de um ou de outro tende a ocasionar estados de inflação ou psicopatologias. Essa perspectiva conceitual, apesar de amplamente aceita no campo da psicologia analítica – sobretudo por seu caráter dinâmico e repercussões psíquicas observáveis –, ocasiona questionamentos, dado que aponta para um construto

contraditório: se se trata de uma definição, há dificuldades na consideração das características de centro e totalidade concomitantemente, dado que apresentam um teor excludente entre si⁷.

Nessa direção, Fordham² argumenta que, se o self for considerado a totalidade da psique, ele inclui ego e arquétipos, mas como centro ele os ordena e transcende, portanto seriam disposições de difícil acordo. Trata-se de uma formulação complexa, dado que o self é considerado inalcançável em sua forma originária. No entanto, a partir de suas derivações e efeitos, torna-se possível compreender a atuação de um fator peculiar e imanente na psique, e foi de acordo a essa hipótese, amplamente presente nos materiais clínico e histórico examinados por Jung através de temas míticos e arquetípicos, que ele pôde compreender seus possíveis fundamentos.

Apesar de apontar para a contradição do conceito de self, e de fazer uma opção pelo viés que considerou mais observável, o de compreendê-lo como organizador da psique, Fordham² sugere uma complementaridade ao se pensar o tema enquanto ideias de níveis de abstração: como totalidade, cada símbolo derivado compõe uma parte do todo (o self); como centro ordenador, tende a ser mais passível de observação nos dados clínicos. Quando contextualizada à compreensão da criança, Fordham propõe:

A concepção [do self] aplicada à criança trata-a como uma entidade em si mesma, da qual se podem derivar os processos maturativos. Ela não inclui mãe nem família. A significação do postulado de uma unidade primária [...] é concebida como a base sobre a qual repousa a noção de identidade pessoal e da qual procede a individuação.²

A noção de self primário proposta por Fordham em 1947 pode ser considerada inovadora na psicologia analítica, sendo um dos aspectos teóricos cuja discussão e alcance estão diretamente atrelados ao campo empírico até então pouco explorado na área, o da prática e observações da infância. Assim como Jung, Fordham⁸ compreende que o self é transcendente, porque se situa para além da tensão dos opostos psíquicos (como consciência e inconsciente), no entanto, como fator psicossomático – abarca o potencial de formação de corpo e psique – que pode apenas ser inferido a partir dos efeitos que produz, o self nessa proposição, não apenas apresenta um potencial integrador, mas também deintegrador, pois um bebê, desde o nascimento, pode agir e reagir à mãe e ao ambiente, e a deintegração está diretamente atrelada a essa possibilidade, em seu estado primário, que ele pôde observar na dinâmica dos bebês e das crianças, percebidas por ele como indivíduos, desde o nascimento⁸.

A dinâmica da deintegração, para Fordham, é uma perspectiva que possibilita a compreensão da criança para além da relação com a mãe ou cuidador que desempenha a função materna, diferentemente de visões correntes na psicologia, que propõem haver uma ligação do bebê com a mãe a ponto de esse ser intrínseco a ela de modo determinante. O autor propõe que, desde o momento em que habita o útero materno, o bebê pode deintegrar-se e reintegrar-se, o que significa que ele reage aos estímulos que lhe chegam, e depois os assimila e elabora gradativamente⁸. Em termos sucintos, o bebê encontra-se em uma união psicossomática com a mãe; sua consciência como indivíduo está em estado potencial e emergente. Fordham sugere haver,

portanto, uma consciência egóica originária que realiza a diferenciação dos conteúdos de cunho arquetípico, mas sem o crivo e eventuais defesas egóicas constituídos. Assim, os afetos vivenciados pela consciência emergente apresentam força, caracterizam-se como amplos em relação a ela. Em sentido metafórico, pode-se dizer que são cósmicos, se relacionam com a numinosidade dos arquétipos. Desse modo, o processo de deintegração-reintegração relaciona-se com a constituição da consciência egóica frente à polarização dos afetos dos arquétipos que porventura ameacem a cisão egóica.

Nessa fase, os afetos emergem a partir das necessidades do organismo (alimentação, cuidados, etc.); para lidar com eles (dualidade afetiva), a consciência egóica emergente se divide, projetando em um objeto externo um polo do afeto (se deintegra), com um movimento de extroversão da libido. Nesse processo dinâmico e interativo, a criança se identifica com o objeto externo que satisfaz a sua necessidade e constitui um vínculo com ele; entretanto, o bebê não permanece eternamente ligado ao objeto externo. Por exemplo, a mãe, após um período de amamentação, afasta o bebê do seio, separando-se dele; essa separação rompe o laço físico e subjetivo entre a consciência egóica do bebê e o objeto externo, culminando na deintegração e simbolicamente “dividindo/separando” o psiquismo do bebê. Assim, os afetos e a libido projetada no objeto externo são divididos e, parte permanece projetada no objeto e parte retorna para a própria psique do bebê (introversão da libido), dando início ao processo de integração.

A dinâmica de deintegração e reintegração implica num self primário existente na criança desde antes do nascimento, que abarca um potencial para os fatores físicos e psíquicos; a criança gradativamente ingressa nos fatores do ambiente externo ao interagir com ele, o que consiste num ato deintegrativo – ao reintegrar-se após essa experiência, incorpora os elementos dessa experiência em si, transformando-se. Segundo Fordham^{2,9}, a dinâmica da deintegração é importante para a sobrevivência, pois é através da possibilidade de percepção dos estímulos externos que o bebê pode diferenciar os elementos bons dos ruins / agradáveis dos desagradáveis, e tende então a compreendê-los de forma contextualizada à sua experiência de si; o bebê o faz para além da sua experiência interior e subjetiva, pois é possível observar que desde o início da sua vida extra-uterina, ele visa ao outro e ao objeto.

É importante destacar que a ótica do Desenvolvimento na psicologia analítica sustenta uma visão distinta da de Jung quanto à relação do bebê com a mãe. Mesmo não tendo expandido as ideias sobre esse tema, Jung utiliza a expressão de Lévy-Bruhl, *participation mystique*, em analogia às vivências dos povos primitivos de modo integrado entre sujeitos e objetos, para definir a relação da criança com a mãe, ou os pais, como se houvesse um estado de fusão do bebê, sobretudo com a mãe^{6,10}. No entanto, à luz das pesquisas com bebês, contemporâneas a Jung, Fordham sugere que, por mais que o bebê possa se relacionar com a mãe em geral de modo referencial, não há uma identificação total ou estado narcísico junto à mãe. Ocorre, de forma fundamentalmente interativa, uma relação que se configura como um *par afetoso*, nomenclatura utilizada por Fordham para destacar a sensação de segurança do bebê com relação à mãe, que não somente pode protegê-lo, mas também, encorajá-lo para diversas atividades dinâmicas, nas quais a criança tende a perceber

o próprio potencial diante das experiências vivenciadas. Nessa atuação no ambiente, e no desenvolvimento da sensação de segurança conectada à realidade, originam-se os pilares para a formação da identidade².

A criança tende a alcançar independência progressivamente à medida que percebe que pode prescindir por períodos de tempo mais prolongados da mãe, assim como pertencer a um grupo; de maneira gradativa, a criança pode utilizar-se de brinquedos que gerem representações simbólicas, o que está diretamente relacionado a uma conexão cada vez maior com a realidade. Outro fator importante, segundo Fordham, é a consciência do senso de identidade própria que a criança vai alcançando de modo contextualizado à experiência dos pais; ela tende a fantasiar, dentre outras situações, a união dual e arquetípica de pares de opostos. A partir de uma percepção saudável dos padrões de comportamento dos pais e pessoas próximas importantes, tende a se fortalecer, tanto corporal quanto psicologicamente, e sentir-se segura para expressar-se afetivamente².

A perspectiva de Neumann

Erich Neumann expôs sua compreensão sobre a psique infantil através de duas obras, que ele considerava complementares, *História da Origem da Consciência* e *A Criança* – esta, inacabada, pois o autor veio a falecer antes de sua conclusão. Na primeira obra mencionada, Neumann aborda, através de uma compreensão filogenética, portanto, com foco nos aspectos coletivos, o inconsciente da sugerida fase originária pré-egóica e as fases matriarcal e patriarcal, através de estudos de material mitológico¹¹. Em *A Criança*, o autor discorre sobre o desenvolvimento da infância e da criança por uma perspectiva ontogenética¹². Para o propósito do presente artigo, ressaltaremos algumas de suas proposições no material supra citado.

Neumann¹² destaca que, dentre os mamíferos, os humanos são os únicos que dependem, para a sua sobrevivência, dos cuidados e atenção de alguém que exerça a função materna [doravante “mãe”], principalmente no primeiro ano de vida. O autor então propõe que o período embrionário humano corresponda, não apenas à sua existência no corpo materno, mas também ao primeiro ano de vida de uma criança; durante toda a fase embrionária, portanto, considerada dessa maneira, o bebê encontra-se atrelado de forma intrínseca e essencial à sua mãe, tanto no que diz respeito às demandas e vivências corporais, como também quanto ao desenvolvimento psicológico. A ligação do bebê com a mãe evidenciada desde os primeiros momentos após o nascimento é chamada por Neumann de *relação primal*, e a mãe representa, nesse estágio, toda a possibilidade de o bebê experienciar o contexto ao seu redor.

Para o autor, é por volta de um ano de idade que a criança vivencia o nascimento psicológico propriamente, pois é quando ela passa a ser mais significativamente inserida e delineada pela cultura coletiva – embora a mãe ainda consista na “ponte” que mais favorece esse processo. Suas ações, segundo Neumann¹², são decisivas para o desenvolvimento da criança, pois a atitude que desempenha diante da percepção da criança, fornece os primeiros indícios das peculiaridades da criança e suas características para ela mesma. Apesar disso, existe a possibilidade de uma estruturação e destaque das próprias características pela criança, podendo haver uma efetivação de suas singularidades de modo diverso à coletividade na qual se está inserida, quando necessário.

Indicamos que aqui se encontram os pilares da efetivação de um processo de identidade, algo correspondente à dinâmica de atividade psíquica que Fordham propõe ser característica já do período embrionário (para este último, intrinsecamente biológico e psicológico, de modo concomitante).

Tal como Jung, Neumann¹² compreende que, após o nascimento do corpo, a criança vivencia um estado de *participation mystique* com a mãe, e durante esse período considerado por ele como embrionário, existe o mínimo de tensão e de incômodo, pois a mãe tende a agir prontamente em prol do apaziguamento de toda eventual necessidade da criança. Esse estado de união fusional da criança com a mãe, Neumann chamou de fase urobórica. A nomenclatura empregada é uma analogia à imagem de uma serpente engolindo a própria cauda – Uroboros. Esta consiste em uma representação simbólica, segundo a psicologia analítica, do voltar-se a si, ou do estado indiferenciado de fusão psíquica do início da vida.

Assim, essa fase é considerada um estado paradisíaco, de suspensão, que remete a um “sentimento oceânico” – que eventualmente aparece ao longo da vida. Nessa realidade unitária, o teor de um estado cósmico remete à inexistência de relação, a qual requer dois “centros psíquicos” em interação. No caso da realidade unitária que mãe e criança vivenciam, trata-se de uma identidade, em que a criança encontra-se indiferenciada, por isso Neumann sugere haver um caráter dual da relação primal – gradativamente a criança vai estabelecer as vivências que levam a uma diferenciação de si em relação à mãe. Durante o período fusional, prevalece uma “unidade biopsíquica”, em que a mãe representa para a criança, corpo e mundo¹². Essas proposições partem da sugestão de Neumann¹³ da presença de temas míticos nas fases maturacionais, sendo o mito do paraíso e o arquétipo da mãe representativos das primeiras fases de vida.

Nessa perspectiva, quando a criança nasce, durante o “período embrionário pós natal”, evidenciam-se, do ponto de vista psicológico, o aspecto inconsciente e o self, que nesse momento consiste no chamado self corporal e, paradoxalmente, está contido na mãe, em seu self, e só gradativamente passa a ser incorporado à criança. O ego, que já existia desde o nascimento enquanto possibilidade, passa a tomar forma em média durante o primeiro mês de vida; é através de sua ação que aos poucos a criança conforma pequenos centros de consciência, e vai se colocando em suas peculiaridades no seu contexto. É importante destacar que, apenas quando o ego se desenvolve, o que ocorre gradativamente, a criança começa a diferenciar a própria imagem corporal, e ela passa a se perceber de forma mais nítida, assim como ao ambiente ao seu redor, como um elemento distinto. Portanto, ao longo do primeiro ano de vida pós-natal, a criança, através das experiências corporais, passa a distinguir-se também da sua mãe, o que, ao final dessa fase, possibilita que seu psiquismo vivencie uma relação do ego e da consciência com um self que representa cada vez mais a si, o então chamado self individual, delineado em média a partir do primeiro ano de vida da criança¹².

Diferentemente de Fordham¹⁴, para quem o dinamismo entre o ego e o self ocorre através do conceito de *representações do self*, termo que se refere à função centralizadora do self, Neumann¹² considera o self, tal como propusera Jung, tanto como centro quanto como totalidade da psique, e nesse sentido o eixo ego-self desempenha um papel importante na psique. Para Neumann¹², o ego é considerado um derivado do self, e representa-o no mundo; mas é importante destacar que sua conformação, como mencionado anteriormente,

se dá através das vivências corporais que a criança estabelece, sendo a imagem corporal que faz dela mesma de extrema importância para o seu desenvolvimento e organização das funções egóicas.

Segundo Neumann¹², o chamado *automorfismo*, que se refere à capacidade psíquica de desenvolver sistemas psíquicos opostos, como consciente e inconsciente – os quais são considerados fundamentais na compreensão da psique pela psicologia analítica –, dependem significativamente da atividade do ego e de sua atuação dinâmica, tanto de percepção das necessidades e características próprias, como dos estímulos do ambiente externo. Nesse sentido, as ações do ego desde sua formação compreendem tanto uma relação autorreguladora importante com o self, considerado aqui como centro da personalidade, como também promove, gradativamente, as relações da consciência com o inconsciente, através do desenvolvimento automórfico¹². As proposições de Neumann sobre a criança e seu desenvolvimento psicológico relacionadas à (con)formação egóica e sua maturação contextualizada às vivências corpóreas de maneira simbólica apontam para uma relação importante entre psique e soma, e auxilia por exemplo, na compreensão quanto aos distúrbios do desenvolvimento; além disso, ressalta-se a necessidade da criança, tanto em termos psíquicos quanto corpóreos, de recepção de cuidados maternos.

Apesar dos incrementos na compreensão da criança pela abordagem da psicologia analítica proporcionada pelas obras de Fordham e Neumann, eles não incluíram em suas teorias os avanços possibilitados pelo desenvolvimento de novas metodologias de pesquisa da infância, tais como a observação de bebês contextualizada às descobertas das neurociências. Jacoby propõe um apanhado das ideias basilares da psicologia analítica a esses aportes recentes, o que abordaremos de modo sucinto na próxima seção.

Atualização na compreensão da infância pela psicologia analítica

Uma atualização das teorias do desenvolvimento foi realizada por Mario Jacoby, publicada em sua obra *Psicoterapia Junguiana e a Pesquisa Contemporânea com Crianças*¹³. Essa obra demonstra um avanço na compreensão da infância, pois realiza uma ponte entre a psicologia analítica e algumas compreensões mais recentes. Dentre elas, destaca-se a de D. Stern, que constitui uma teoria global do desenvolvimento da consciência da criança a partir da integração dos conhecimentos da psicanálise, da observação de bebês e das neurociências.

Desse modo, visando uma compreensão aprofundada dos fatores do desenvolvimento humano que aparecem no processo psicoterapêutico e que muitas vezes apontam para vivências da infância ou experiências arraigadas nos primeiros momentos de vida, presentes em narrativas desse contexto analítico, Jacoby¹³ averiguou possíveis convergências entre as pesquisas recentes com crianças e a concepção psíquica da psicologia analítica. O que propulsionou essa correlação foi o entendimento, por parte do autor, da existência de padrões humanos de relação que tendem a gerar reciprocidades emocionais no contexto psicoterapêutico junguiano e que também estão presentes nas primeiras relações de vida, de acordo às pesquisas contemporâneas com bebês. Um ponto importante, suscitado por Jacoby¹³, é o da experiência de incorporação do fator psíquico pelo

indivíduo, mais precisamente, o próprio self, tendo as pesquisas contemporâneas e as sugestões, sobretudo de Stern, corroborado e sinalizado para a importância do fator relacional nessa experiência. Consideramos que tais atualizações consistem em avanços importantes não apenas na reconstituição da infância no processo psicoterapêutico do adulto, tal como indica Jacoby¹³, mas também no acompanhamento a crianças no contexto de análise.

Dito isto, podemos compreender de que maneira as proposições recentes pautadas na relevância do teor afetivo, como a de Stern, se correlacionam às teorias da psicologia analítica sobre a infância e seus aspectos psicológicos. Stern¹⁵ propõe que o senso de self consiste no foco da experiência subjetiva do bebê, e que se depreende a importância do fator social nessa fase, dada a relação necessária de cuidados que ela requer; nesse sentido, o senso de eu e o senso de outro constituem as primeiras experiências de vida. Dada a amplitude do conceito de self, Stern propõe analisá-lo do ponto de vista da organização subjetiva única pautada desde os primeiros momentos de vida nas experiências interpessoais. Ele lida com as dificuldades de se precisar a existência do self na fase pré-verbal da vida, sendo que seus experimentos e conclusões – também pautadas na prática clínica – demonstram essa possibilidade, a partir da compreensão da existência de um senso (consciência simples, e não auto-reflexiva) de self.

O bebê passa por mudanças constantes, seja no tocante ao reconhecimento das experiências pessoais, seja nas trocas interpessoais e com o ambiente. Um fato relevante observado por Stern¹⁵ e que se pode correlacionar à formação da subjetividade está relacionado ao aspecto intersubjetivo; o processo que ele chamou de *sintonia do afeto* passível de observação em torno de nove meses de idade da criança consiste na possibilidade de uma correspondência entre um estado afetivo do bebê e do outro, com a consciência mútua dessa reciprocidade. Por exemplo, a excitação de uma criança ao segurar um brinquedo tende a crescer à medida que sua mãe a observa e faz gestos corporais similares ao movimento que a criança faz com o brinquedo. Nesse caso, não se trata de uma simples imitação (que também é importante ao repertório social da criança), mas sim de um compartilhamento de um estado afetivo, que por ser espontâneo entre ambos – mãe e bebê –, denota uma disponibilidade para a interação de maneira mútua¹⁵. Logo, se depreende a relevância dos processos interacionais para o desenvolvimento psicológico da criança, implicados, não apenas na disponibilidade do outro, mas também na sua correspondência em termos afetivos.

Para Stern¹⁶, na relação de sintonia afetiva mãe-bebê, a atitude da mãe consiste num espelhamento em que o afeto que ela expressa traduz-se num signo de afeto partilhado com o do bebê; é esse estado de reciprocidade afetiva que tende a possibilitar as representações do contexto social¹⁶. De acordo às contribuições deste autor sobre a importância da dimensão afetiva no desenvolvimento dos bebês, Jacoby¹³ explicita que os estados afetivos potencialmente compartilháveis sinalizam para a criança de que maneira o outro se coloca no mundo e em relação a ela. Nessa direção, possíveis incongruências nessa relação podem gerar o bloqueio da chamada sintonia afetiva, o que tende a ocasionar um sentimento de não pertencimento no mundo, dado que essas disposições são inerentes aos seres humanos. Isso está relacionado ao fato de que a possibilidade de vivenciar uma interação de sintonia afetiva com o outro contribui para a percepção subjetiva dos próprios

sentimentos e estados internos, através das tonalidades ou “colorações afetivas”, embasadas nas relações interpessoais desde essa fase¹³.

Ora, a questão afetiva é um tema basilar no escopo da psicologia analítica. Desde os primeiros trabalhos no âmbito psiquiátrico, Jung^{17,18} demonstrou a relevância e o papel exercido pelo afeto, considerado por ele como um componente que associa sentimento e inervações corporais, estando presente em vivências significativas do indivíduo, e possuindo relativa autonomia. Compreendendo que a criança vivencia experiências basilares e formativas de afeto nos processos de subjetivação e constituição da identidade, salienta-se que um processo de acompanhamento psicológico que ressalte as características da interação com a criança reconhecendo esse elemento presente e atuante tende a favorecer, tal como explicita Fordham², a catalisação do processo de assimilação psíquica de conteúdos de forte teor afetivo, no contexto continente e propício de análise.

Considerações finais

Na psicologia analítica clássica há lacunas sobre os aspectos psicológicos da infância, pois Jung não discutiu a respeito de modo significativo, sobretudo após ter ampliado a perspectiva analítica ao método construtivo em detrimento do redutivo. Isso impulsionou a busca, por parte de alguns autores da abordagem, pela compreensão dessa fase de maneira mais ampla, dado que a psicologia analítica propõe, desde o seu surgimento, a importância dos fatores psicológicos do desenvolvimento humano de uma maneira geral – portanto a infância não poderia ser negligenciada.

Assim, além da observação de que a criança representa processos psicológicos simbólicos, como o propõe Jung, há especificidades dessa fase no tocante à formação psíquica que perpassam pela influência parental, mas que também abarcam fatores subjetivos peculiares. Neumann sugere a importância do fator materno nos primeiros momentos de vida da criança, apontando que essa função, quando não vivenciada de maneira integradora, pode culminar em dificuldades posteriores, incluindo as psicopatológicas. Já Fordham, através da discussão de dados empíricos e das contribuições teóricas da psicologia analítica, indica que a criança já demonstra, através de sua atividade espontânea, tendências características e singulares inerentes à sua personalidade.

De maneira correlata, discussões recentes no campo da psicologia (contemporâneas a Jung) integram saberes da clínica e da pesquisa com bebês; destacamos as contribuições de Stern por abarcarem a importância do fator relacional desde as primeiras experiências de vida da criança, assim como pela sugestão da relevância do fator afetivo nessa fase. Observa-se que o afeto está na base dos fatores psicológicos e alicerça os possíveis distúrbios do desenvolvimento, quando presentes; na psicologia analítica, o afeto consiste no fundamento da formação psíquica subjetiva, assim como da construção da identidade através da dinâmica interpessoal e coletiva. De modo complementar, Fordham propõe que o fator de transferência é relevante no contexto de análise também com crianças, para a devida integração dos processos simbólicos importantes.

Nessa direção, salienta-se como fundamental a questão da atividade da criança e de sua consciência,

desde o pré-natal, sendo que o seu nascimento psicológico já ocorre com o nascimento biológico. Toda a atividade do organismo está direcionada para sustentar e preservar esse processo de desenvolvimento, que no campo psicológico Fordham relaciona com o processo de individuação. Assim, há os mecanismos de defesa do self primal que atuam nas ameaças ao organismo e ao seu desenvolvimento, que ocorre e é possibilitado pela relação e vínculo da consciência emergente com o meio.

Desse modo, o desenvolvimento não se dá apenas de forma individual no interior da psique, mas por meio da relação e vínculo com o outro. A própria noção de fases de desenvolvimento que implica em estágios a serem superados é modificada para formas ou modos de vínculo e de relação com o mundo que se desenvolvem e servem de fundamento às etapas posteriores. Isso está de acordo com o pensamento junguiano, quando ele explicita que o funcionamento do inconsciente e a parcela imaginal ou mítica da psique ocorrem concomitante e paralelamente à operação da consciência egóica. Tal percepção possibilita uma maior compreensão das formas de operação das técnicas não verbais e expressivas e corporais e dos processos transferenciais, pois eles atuam principalmente nesse modo basal e pré-racional do funcionamento psíquico.

Referências

1. Samuels, Andrew. Jung e os Pós-Junguianos. Rio de Janeiro: Imago Editora; 1989.
2. Fordham, Michael. A Criança Como Indivíduo. São Paulo: Cultrix; 1994.
3. Main, Shiro. Childhood Re-Imagined. New York: Routledge; 2008.
4. Jung, Carl Gustav. A Psicologia do Arquétipo da Criança. In: Abrams, Jeremiah, ed. O Reencontro da Criança Interior. São Paulo: Cultrix; 1990.
5. Jung, Carl Gustav. O Desenvolvimento da Personalidade. 11ª ed. Petrópolis: Vozes; 2012.
6. Jung, Carl Gustav. A Natureza da Psique. 5ª ed. Petrópolis: Vozes; 2000.
7. Urban, Elizabeth. Fordham, Jung and the self: a re-examination of Fordham's contribution to Jung's conceptualization of the self. *Journal of Analytical Psychology*. 2005; (50): 571-594.
8. Fordham, Michael. Notes For The Formation of a Model of Infant Development. *Journal of Analytical Psychology*. 1993; (38): 5-12.
9. Urban, Elizabeth. The 'self' in analytical psychology: the function of the 'central archetype' within Fordham's model. *Journal of Analytical Psychology*. 2008; (53): 329-350.
10. Evans, Richard I. Entrevistas com Carl G. Jung e as Reações de Ernest Jones. Rio de Janeiro: Eldorado Ltda; 1964.
11. Neumann, Erich. História da Origem da Consciência. 10ª ed. São Paulo: Cultrix; 1995.
12. Neumann, Erich. A Criança. 10ª ed. São Paulo: Cultrix, 1995.
13. Jacoby, Mario. Psicoterapia Junguiana e a Pesquisa Contemporânea com Crianças. São Paulo: Paulus, 2010.
14. Fordham, Michael. Freud, Jung, Klein, the fenceless field. London: Routledge; 1995.
15. Stern, Daniel. O Mundo Interpessoal do Bebê. Porto Alegre: Artes Médicas; 1992.
16. Peixoto Junior, C. A., Arán, M. O Lugar da Experiência Afetiva na Gênese dos Processos de Subjetivação. *Psicologia USP, São Paulo*, 2011, 22(4): 725-745.

17. Jung, Carl Gustav. *Psicogênese das Doenças Mentais*. Petrópolis: Vozes; 1986.

18. Jung, Carl Gustav. *Tipos Psicológicos*. 6ª ed. Petrópolis: Vozes; 2012.

Contribuições: Maíra Meira Nunes – Coleta de Dados, Conceitualização, Investigação, Metodologia, Redação – Preparação do original, Redação – Revisão e Edição;

Carlos Augusto Serbena – Coleta de Dados, Metodologia, Supervisão.

Correspondência

Maíra Meira Nunes

mairameiran@hotmail.com

Submetido em: 03/03/2020

Aceito em: 24/09/2021